



INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO ESCOLAR

MARIA CRISTIANE DA SILVA SOUZA

VIOLÊNCIA ESCOLAR:
Uma Análise Documental Sobre Suas Causas e Ações de Enfrentamento em Escolas
Públicas do Estado de Pernambuco

Santa Maria da Boa Vista – PE
2025

MARIA CRISTIANE DA SILVA SOUZA

**VIOLÊNCIA ESCOLAR:
Uma Análise Documental Sobre Suas Causas e Ações de Enfrentamento em Escolas
Públicas do Estado de Pernambuco**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na modalidade Artigo Científico referente a PósGraduação *Lato Sensu* em Gestão Escolar, *Campus* Santa Maria da Boa Vista do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Érika Vanessa Soares Freire

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S719 Souza, Maria Cristiane da Silva.

Violência escolar : uma análise documental sobre suas causas e ações de enfrentamento em escolas públicas do estado de Pernambuco / Maria Cristiane da Silva Souza. - Santa Maria da Boa Vista, 2025.
28 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Escolar) -Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Santa Maria, 2025.

Orientação: Profª. Msc. Érika Vanessa Soares Freire.

1. Educação. 2. violência escolar. 3. bullying. 4. cultura de paz. 5. educação pública. I. Título.

CDD 370

MARIA CRISTIANE DA SILVA SOUZA

**VIOLÊNCIA ESCOLAR:
Uma Análise Documental Sobre Suas Causas E Ações De Enfrentamento Em Escolas
Públicas Do Estado De Pernambuco**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na modalidade Artigo Científico referente a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Escolar, *Campus* Santa Maria da Boa Vista do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar, sendo a Banca Examinadora composta pelos professores:

Documento assinado digitalmente
 ERIKA VANESSA SOARES FREIRE
Data: 24/03/2025 20:16:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Me. Érika Vanessa Soares Freire
IFSertãoPE/*Campus* SMBV
Presidente da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 RICARDO LUIZ DE SOUZA
Data: 24/03/2025 20:23:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Ricardo Luiz de Souza
IFSertãoPE/*Campus* SMBV
Avaliador Interno

Documento assinado digitalmente
 JEIFA ALICE JERICÓ
Data: 24/03/2025 20:30:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Esp. Jeifa Alice Jericó
EREM Padre Maurilo Sampaio - SEE/PE
Avaliadora Externa

Santa Maria da Boa Vista – PE
2025

Violência Escolar: uma análise documental sobre suas causas e ações de enfrentamento em escolas públicas do estado de Pernambuco

Maria Cristiane da Silva Souza¹
Érika Vanessa Soares Freire²

RESUMO

Esse estudo analisou as múltiplas dimensões da violência escolar em escolas públicas do estado de Pernambuco, considerando suas causas, manifestações, impactos e estratégias de enfrentamento. A pesquisa, de abordagem qualitativa e descritiva, baseou-se em análise documental e revisão sistemática de literatura, integrando relatórios institucionais e estudos acadêmicos recentes. Os resultados destacam a complexidade do fenômeno, que engloba a violência física, psicológica, simbólica e institucional, sendo esta última evidenciada na precarização da infraestrutura escolar, na falta de suporte psicossocial e na desvalorização do trabalho docente. Essas condições afetam diretamente a permanência dos estudantes na escola, ampliando desigualdades e dificultando o enfrentamento do problema. Políticas públicas como a Lei nº 13.185/2015 e iniciativas regionais, como a campanha #PropaguePaz, demonstram potencial na mitigação da violência, mas esbarram em desafios estruturais, como falta de financiamento e monitoramento insuficiente. O estudo reforça a necessidade de medidas integradas que vão além de ações pontuais, exigindo investimentos contínuos em infraestrutura escolar, suporte pedagógico e psicológico, além do fortalecimento da formação docente e da participação ativa da comunidade escolar. Conclui-se que, para que as políticas públicas sejam realmente eficazes, é essencial garantir sua implementação de maneira sistemática e sustentável, superando as barreiras impostas pela violência institucional.

Palavras-chave: *Violência Escolar; Bullying; Cultura de Paz; Educação Pública; Políticas Públicas.*

¹ Professora do Fundamental I na Rede Municipal de Santa Maria da Boa Vista; Graduada em Letras com Habilidade em Língua Portuguesa e Língua Inglesa pela CESVASF–Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco; Graduada em Pedagogia pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias – FAC E-mail: maria.cristiane1@aluno.ifsertao-pe.edu.br.

² Docente da Pós Graduação em Gestão Escolar do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista; Psicóloga do IFSertãoPE Campus Santa Maria da Boa Vista; Mestra em Educação pela Universidade de Pernambuco; Especialista em Saúde Coletiva/Saúde da Família pela Univasf. E-mail: erika.freire@ifsertao-pe.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6455699405353682>.. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7324-8531>.

School Violence: A Documental Analysis of Its Causes and Coping Actions in Public Schools in the State of Pernambuco

ABSTRACT

This study analyzed the multiple dimensions of school violence in public schools in the state of Pernambuco, considering its causes, manifestations, impacts, and coping strategies. The research, with a qualitative and descriptive approach, was based on document analysis and systematic literature review, integrating institutional reports and recent academic studies. The results highlight the complexity of the phenomenon, which includes physical, psychological, symbolic, and institutional violence, the latter being evidenced by the precariousness of school infrastructure, lack of psychosocial support, and the devaluation of teaching work. These conditions directly affect students' retention in school, widening inequalities and making it harder to tackle the problem. Public policies such as Law No. 13.185/2015 and regional initiatives like the #PropaguePaz campaign show potential in mitigating violence but face structural challenges, such as lack of funding and insufficient monitoring. The study reinforces the need for integrated measures that go beyond isolated actions, requiring continuous investments in school infrastructure, pedagogical and psychological support, as well as strengthening teacher training and active community participation. It concludes that, for public policies to be truly effective, it is essential to ensure their systematic and sustainable implementation, overcoming the barriers imposed by institutional violence.

Keywords: *School Violence; Bullying; Culture of Peace; Public Education; Public Policies.*

Violencia Escolar: Un Análisis Documental sobre Sus Causas y Acciones de Enfrentamiento en Escuelas Públicas del estado de Pernambuco

RESUMEN

Este estudio analizó las múltiples dimensiones de la violencia escolar en las escuelas públicas del estado de Pernambuco, considerando sus causas, manifestaciones, impactos y estrategias de afrontamiento. La investigación, con un enfoque cualitativo y descriptivo, se basó en el análisis documental y la revisión sistemática de la literatura, integrando informes institucionales y estudios académicos recientes. Los resultados destacan la complejidad del fenómeno, que abarca la violencia física, psicológica, simbólica e institucional, siendo esta última evidenciada en la precarización de la infraestructura escolar, la falta de apoyo psicosocial y la desvalorización del trabajo docente. Estas condiciones afectan directamente la permanencia de los estudiantes en la escuela, ampliando las desigualdades y dificultando el afrontamiento del problema. Políticas públicas como la Ley nº 13.185/2015 e iniciativas regionales, como la campaña #PropaguePaz, muestran potencial para mitigar la violencia, pero enfrentan desafíos estructurales, como la falta de financiamiento y el monitoreo insuficiente. El estudio refuerza la necesidad de medidas integradas que vayan más allá de acciones aisladas, exigiendo inversiones continuas en infraestructura escolar, apoyo pedagógico y psicológico, además del fortalecimiento de la formación docente y la participación activa de la comunidad escolar. Se concluye que, para que las políticas públicas sean realmente eficaces, es esencial garantizar su implementación de manera sistemática y sostenible, superando las barreras impuestas por la violencia institucional.

Palabras clave: *Violencia Escolar; Acoso Escolar; Cultura de Paz; Educación Pública; Políticas Públicas.*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	13
2.1	FORMAS DE VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	13
2.2	VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL.....	14
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS.....	15
2.4	CULTURA DE PAZ E ESTRATÉGIAS.....	16
3	METODOLOGIA.....	18
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	18
3.2	FONTES E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO.....	19
3.3	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	20
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADO.....	21
4.1	IMPACTOS DA VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	22
4.2	EFEITOS SOBRE ESTUDANTES.....	22
4.3	CONSEQUÊNCIAS PARA OS DOCENTES.....	23
4.4	DESIGUALDADES E REGIONALIDADES.....	24
4.5	AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
	REFERENCIAS.....	33

INTRODUÇÃO

É importante saber reconhecer, diferenciar e compreender os tipos de violência por meio de atitudes e comportamentos no ambiente escolar, para assim poder atuar da melhor maneira possível. Os conflitos no ambiente escolar têm sido alvo de pesquisas para compreender do quanto esses fatores podem afetar o fenômeno da aprendizagem dos alunos. Atualmente, tem se observado uma atenção significativa sobre o tema devido à repercussão de noticiários e retratos da violência escolar nas mídias sociais, evidenciando informações quanto a uma realidade preocupante nas escolas, na formação de estudantes e no trabalho de educadoras e educadores.

Dados estatísticos reforçam a urgência de se abordar a violência escolar no Brasil. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), aproximadamente de 40% dos professores em escolas públicas relatam terem sido vítimas de algum tipo de violência, incluindo agressões físicas e verbais. Além disso, um relatório da UNESCO (2021) posiciona o Brasil entre os países com maiores índices de violência escolar, destacando que mais de 60% das escolas públicas brasileiras ainda não implementaram políticas preventivas eficazes. Esses dados demonstram o impacto contínuo dos atos de violência no contexto educacional e no desenvolvimento dos alunos, o que reforça a importância de iniciativas que promovam um ambiente escolar mais seguro e que garantam a dignidade educacional.

O relatório também destacou que o Brasil está entre os países com os maiores índices de violência escolar, impactando milhões de crianças e adolescentes. Em mais de 60% das escolas públicas, políticas preventivas, como o Programa de Combate ao Bullying, ainda não foram implementadas de maneira eficaz. O crescimento das cidades e das desigualdades sociais tem impulsionado diferentes formas de violência escolar, incluindo agressões físicas, vandalismo e

ameaças, que aumentaram 25% nas áreas periféricas entre 2018 e 2019, segundo a Fundação Abrinq (OPEE, 2021).

De acordo com dados do INEP, aproximadamente 40% dos professores em escolas públicas brasileiras relataram ter sofrido algum tipo de violência no ambiente escolar, incluindo agressões físicas e verbais (INEP, 2019). Conforme a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE, 2015), 7,4% dos estudantes do 9º ano relataram sofrer bullying frequentemente, enquanto 14,8% evitaram ir à escola por não se sentirem seguros (IBGE, 2015).

Diante dessa realidade, é perceptível que o estado de Pernambuco vem adotando políticas públicas e ações preventivas voltadas para a segurança nas escolas. Um exemplo recente é a campanha *Propague Paz*, promovida pela Secretaria Estadual de Educação e Esportes de Pernambuco em parceria com a Secretaria de Defesa Social. Essa iniciativa tem como objetivo fomentar uma cultura de paz dentro das unidades educacionais, em resposta ao aumento de ameaças de violência nas escolas, principalmente divulgadas nas redes sociais em 2023. Essas ações, alinhadas ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), buscam criar um ambiente escolar mais seguro e pacífico para alunos e professores (SILVA *et al.*, 2023).

No que diz respeito às suas formas de manifestação, a violência não se restringe apenas a agressões físicas e psicológicas, mas também à violência institucional, que se refere à omissão ou negligência das instituições responsáveis, como o estado e as próprias escolas, em garantir condições mínimas adequadas para o desenvolvimento educacional e a segurança social, físico e emocional dos estudantes. Embora muitas vezes não seja percebida imediatamente, suas consequências são profundas e afetam diretamente a qualidade do ambiente escolar (ABRAMOVAY, 2002).

Abramovay (2002), uma das principais pesquisadoras brasileiras sobre o tema, afirma que a violência escolar se expressa de diversas formas, como violência física, psicológica e simbólica, e possui consequências profundas para o ambiente educacional. Essa definição ajuda a contextualizar a violência escolar como um fenômeno multifacetado, que não se limita a agressões físicas, mas

inclui também formas sutis de opressão e exclusão, impactando tanto o aprendizado quanto o clima escolar.

A violência institucional no contexto escolar manifesta-se na negligência em diferentes níveis, incluindo a falta de manutenção das instalações, a ausência de programas de apoio psicológico para estudantes e professores, e a precarização do trabalho docente devido à carência de capacitação contínua para lidar com a violência escolar. Em muitas escolas públicas, especialmente em áreas rurais e periféricas, a escassez de recursos e a omissão do estado em garantir condições adequadas de ensino resultam em um ambiente institucional hostil, onde os alunos frequentemente enfrentam marginalização e exclusão (SILVA & SANTOS, 2020).

A violência escolar é um problema que vai além das agressões físicas, abrangendo às dimensões psicológica e emocional de alunos, professores e funcionários. Esse contexto pedagógico tem sido alvo de medidas legislativas significativas, como a Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) no Brasil. Esse marco legal orienta ações de prevenção à violência escolar, e serve como base para as análises realizadas neste estudo. A complexidade dessas especificidades gera impactos profundos no processo de ensino-aprendizagem e no ambiente de trabalho dos educadores.

De acordo com estudos de Sousa *et al.* (2024), Lanuque *et al.* (2024) e Silva e Santos (2024), a violência nas escolas compromete a saúde física e mental dos professores, levando a problemas como exaustão emocional, ansiedade e Síndrome de Burnout, o que prejudica não apenas o bem-estar desses profissionais, mas também a qualidade da educação oferecida. Os alunos, por sua vez, esses sofrem com a perda da autoestima, o aumento de sintomas depressivos e até mesmo o risco de ideação suicida, o que agrava os efeitos da violência e desestruturando o ambiente de aprendizado.

Para o enfrentamento desse fenômeno, a implementação de políticas públicas e a capacitação dos professores são cruciais para a criação de estratégias eficazes de prevenção e intervenção, pois, como apontam Shimada *et al.* (2024), a falta de suporte adequado e de medidas públicas compromete a segurança e o desenvolvimento de um espaço educativo saudável.

Leis como a que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 13.663/2018, e a Lei nº 13.185/2015, que combate o bullying em todo o território nacional, são marcos legais essenciais para compreender o papel da escola na prevenção das violências. Além disso, é fundamental reforçar a capacitação dos profissionais da educação, garantindo que estejam preparados para lidar com as diversas formas de violência no ambiente escolar. Esse preparo deve considerar não apenas as dinâmicas internas da escola, mas também os fatores sociais e culturais que impactam diretamente a convivência e o aprendizado.

Para compreender a complexidade desse fenômeno, é necessário analisá-lo em suas diferentes categorias. Segundo Abramovay (2002), as manifestações de violência no ambiente escolar podem ser classificadas em diversas formas, cada uma com características específicas e impactos distintos no cotidiano dos estudantes e profissionais da educação. As categorias mais frequentes incluem a violência física, psicológica, simbólica e institucional, cada qual influenciando de modo particular a organização do ambiente escolar e o comprometendo a aprendizagem.

A violência física é uma categoria que engloba agressões corporais e ameaças de natureza física entre estudantes, ou entre estudantes e professores. Abramovay (2002) ressalta que as agressões físicas são uma das manifestações mais visíveis da violência escolar, frequentemente registradas nos livros de ocorrências escolares. A violência física não apenas ameaça à segurança física dos envolvidos, mas também cria um clima de medo e insegurança afetando o desempenho e a motivação dos estudantes, além de comprometer o ambiente de ensino e a saúde mental de todos os agentes educacionais (ABRAMOVAY, 2002).

Já a violência psicológica inclui, por exemplo, bullying, humilhações e agressões verbais, que têm efeitos profundos na autoestima e na saúde mental dos estudantes. Libâneo (1994) e Abramovay (2002) apontam que este tipo de violência psicológica é particularmente prejudicial, pois afeta o equilíbrio emocional das vítimas e pode levar a problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e ao suicídio. No contexto escolar, o bullying é identificado como um dos principais fatores de evasão escolar e de baixo desempenho acadêmico,

prejudicando tanto as vítimas quanto o ambiente escolar como um todo (LIBÂNEO, 1994; ABRAMOVAY, 2002).

Quanto a violência simbólica, está acontece de forma mais sutil e ocorre de maneira indireta no ambiente escolar. Segundo Bourdieu (1998), esse fenômeno está presente em práticas que reforçam desigualdades, como atitudes discriminatórias e preconceitos, mesmo quando não são expressos diretamente. No cotidiano escolar, isso pode ocorrer por meio da exclusão ou da desvalorização de certos grupos, afetando o senso de pertencimento e motivação dos alunos.

Já a violência institucional, categoria que se refere às falhas de instituições, como o estado e a própria escola, em prover um ambiente seguro e de qualidade. Abramovay (2002) argumenta que a violência institucional está presente em práticas de negligência, como a falta de manutenção da infraestrutura escolar, a ausência de políticas eficazes de combate à violência e a precarização do trabalho dos professores. Esse cenário desvaloriza o espaço escolar, impactando negativamente o bem-estar de todos os envolvidos e contribuindo para o aumento das tensões e do desinteresse dos alunos pelo ambiente escolar.

Em Pernambuco, por exemplo, a violência institucional é evidenciada pela falta de infraestrutura em muitas escolas rurais e pela carência de transporte escolar seguro. Essas deficiências estruturais geram um ciclo de exclusão educacional, no qual alunos de áreas periféricas e rurais são os mais afetados, não apenas pela escassez de recursos, mas também pela ausência de políticas públicas eficazes que possam reverter esse quadro (SILVA; LIMA, 2023).

A violência institucional também está diretamente ligada ao racismo ambiental, pois as comunidades mais marginalizadas, com uma maior concentração de população negra e indígena, são as que mais sofrem com a negligência do estado. A falta de políticas públicas adequadas para garantir o acesso igualitário à educação perpetua a exclusão dessas populações, criando barreiras adicionais para o seu desenvolvimento acadêmico e social (SANTOS; COSTA, 2022).

Diante disso, observa-se a implementação de ações para o seu enfrentamento, sendo fundamental considerar sua diversidade e suas repercussões frente às discussões geradas e publicadas que possam apresentar eficácia frente a violência escolar em escolas públicas do estado de Pernambuco. Tudo isso visa, compreender e analisar as formas como esse fenômeno se manifesta no contexto escolar e quais ações são desenvolvidas a fim de garantir a construção de ambientes escolares mais seguros, saudáveis e de qualidade, levando em conta a criação da Lei nº 13.185/2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

Portanto, foram considerados na realização dessa pesquisa a percepção do ambiente escolar minimamente seguro e sua influência no aprendizado dos alunos, na preservação da dignidade humana, na saúde e na motivação para construção de um espaço de qualidade, incluindo para os educadores e demais profissionais. Assim, para contribuir com a discussão, buscou-se analisar propostas que contemplassem a perspectiva da cultura de paz nas escolas e que beneficiassem todos os agentes educacionais, quiçá a sociedade.

Desse modo, esse estudo tem como objetivo analisar documentos, relatórios oficiais e artigos publicados para identificar as principais causas e fatores que incidem na violência em ambiente escolar público do estado de Pernambuco, por se tratar do território de vivência das autoras, avaliando os impactos desse fenômeno no desenvolvimento acadêmico e comportamental de estudantes, bem como possíveis estratégias desenvolvidas para o seu enfrentamento. A compreensão desses aspectos foi essencial, pois pode nortear o desenvolvimento de projetos que promovam um ambiente escolar seguro, saudável e inclusivo.

REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com Lanuque *et al.* (2024), as principais formas de violência escolar são a física, psicológica, simbólica e institucional, cada uma com características e impactos específicos, mas interligados. Essas manifestações não apenas refletem, mas também intensificam desigualdades sociais e culturais

já existentes, configurando-se como um desafio estrutural a ser enfrentado de maneira multidimensional.

Além das formas mais visíveis, a violência institucional ocorre de maneira estrutural, refletindo a omissão do estado e das instituições de ensino em assegurar um ambiente seguro e adequado à aprendizagem. Essa forma de violência abrange a precarização da infraestrutura, a ausência de suporte psicossocial e a falta de capacitação docente para lidar com conflitos. Ao negligenciar esses aspectos fundamentais, a escola reforça desigualdades e perpetua um sistema de exclusão, que afeta principalmente estudantes de baixa renda e grupos historicamente marginalizados (ABRAMOVAY, 2002).

A violência física, a mais evidente e registrada nas escolas, caracteriza-se por agressões corporais e ameaças. Esse tipo de violência não apenas compromete a segurança dos alunos, mas também cria um ambiente de medo e hostilidade que prejudica o aprendizado e a interação social. Estudantes que vivenciam ou testemunham esses episódios apresentam maior probabilidade de desenvolver comportamentos de evasão escolar e isolamento, dificultando seu progresso acadêmico e emocional.

Por outro lado, a violência psicológica, incluindo práticas como bullying, humilhações e agressões verbais, é a forma mais prevalente e frequentemente subestimada. Essa violência compromete a saúde mental dos estudantes, provocando ansiedade, depressão e, em casos extremos, ideação suicida. Silva *et al.* (2024) apontam que o bullying não é apenas uma das principais causas de evasão escolar, mas também do comprometimento da qualidade das relações interpessoais e da dinâmica do ambiente educacional como um todo.

Outra forma menos evidente, mas igualmente danosa, é a violência simbólica. Segundo Bourdieu (1998), essa forma de violência está relacionada a práticas de discriminação e exclusão que reforçam desigualdades sociais e culturais, frequentemente reproduzidas dentro do ambiente escolar. Tal violência manifesta-se em atitudes que desvalorizam determinados grupos sociais, afetando o senso de pertencimento e a motivação dos alunos, particularmente aqueles de comunidades marginalizadas ou pertencentes a minorias (BOURDIEU, 1998).

No contexto brasileiro, a violência institucional também desempenha um papel significativo no comprometimento do bem-estar escolar, abrangendo desde a negligência administrativa até a precariedade das condições de trabalho e estudo. A ausência de infraestrutura adequada, como falta de espaços seguros para convivência, e a formação insuficiente de professores são fatores estruturais que contribuem para perpetuar o ciclo de violência. De acordo com Shimada *et al.* (2024), essas limitações, muitas vezes associadas à desigualdade econômica, dificultam a implementação de políticas e estratégias eficazes de prevenção.

Os professores, por sua vez, frequentemente tornam-se vítimas desse contexto adverso. Estudos como os de Sousa *et al.* (2024) revelam que os educadores enfrentam uma combinação de desafios físicos e emocionais, como exaustão, ansiedade e a Síndrome de Burnout. Essa realidade compromete tanto a saúde dos docentes quanto a qualidade do ensino, criando um ciclo em que a violência institucionalizada se perpetua.

Diversas iniciativas têm sido implementadas no Brasil para enfrentar o problema da violência escolar. A Lei nº 13.185/2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), é um marco relevante nesse cenário, estabelecendo diretrizes para a conscientização e prevenção do bullying (BRASIL, 2015). No entanto, a efetividade dessa legislação tem sido limitada por fatores como a falta de monitoramento e a ausência de recursos adequados, especialmente em regiões mais vulneráveis (BRASIL, 2015, *apud* SILVA & SANTOS, 2020).

No estado de Pernambuco, a violência institucional pode ser observada na insuficiência de investimentos em infraestrutura escolar e na falta de transporte escolar seguro para estudantes de áreas rurais. Essas falhas estruturais impactam diretamente o acesso e a permanência dos alunos na escola, ampliando a evasão e comprometendo o processo educacional. A ausência de políticas eficazes para melhorar essas condições evidencia um cenário de exclusão, no qual o estado falha em garantir equidade educacional e segurança no ambiente escolar (SILVA & LIMA, 2023).

O programa Propague a Paz, conduzido pela Secretaria Estadual de Educação e Esportes de Pernambuco, foi implementado em abril de 2023 como

parte de uma política pública de enfrentamento à violência nas escolas, mobilizando ações de cultura de paz e segurança educacional (PERNAMBUCO, 2023). Esse programa destaca-se como exemplo de estratégia integrada que promove a cultura de paz nas escolas. Essa iniciativa envolve parcerias entre diferentes setores do governo e da sociedade civil, focando na formação de professores e na mediação de conflitos.

Apesar de representar um avanço na promoção da cultura de paz, a campanha Propague a Paz enfrenta desafios relacionados à sustentabilidade e à implementação em diferentes contextos escolares. Estudos indicam que fatores como a falta de formação contínua para professores, o monitoramento insuficiente das ações e a escassez de recursos dedicados dificultam a consolidação dessas iniciativas (SILVA *et al.*, 2023; BRASIL, 2021).

Além dessas políticas públicas, iniciativas como o programa “Não Violência nas Escolas” têm se mostrado eficazes ao promover práticas pedagógicas fundamentadas no diálogo, na empatia e no autoconhecimento. O projeto, implementado no Liceu Nóbrega de Artes e Ofícios em Pernambuco, utiliza princípios humanistas para promover a transformação pessoal e a resolução pacífica de conflitos no ambiente escolar (SANTOS & NASCIMENTO, 2019). Tais programas utilizam princípios humanistas para transformar o comportamento dos estudantes e fortalecer a coesão social dentro das escolas.

Ao fomentar habilidades socioemocionais, Essas iniciativas promovem a construção de ambientes mais seguros e inclusivos, contribuindo para a redução de conflitos interpessoais. A integração dessas estratégias ao currículo escolar, aliada a investimentos em infraestrutura e suporte psicológico, é essencial para garantir seu impacto a longo prazo.

Modelos de intervenção que envolvem toda a comunidade escolar, incluindo famílias e gestores, têm se mostrado mais eficazes, pois abordam a violência de maneira holística e colaborativa. Segundo Silva *et al.* (2023), estratégias que integram a comunidade escolar promovem maior coesão social e reduzem os índices de violência, garantindo um ambiente mais seguro para alunos e professores (SILVA *et al.*, 2023).

Percebe-se que violência escolar é um problema estrutural e multifacetado que requer soluções igualmente complexas. Além da criação de políticas públicas abrangentes, é indispensável o fortalecimento das práticas pedagógicas preventivas e o envolvimento ativo da comunidade escolar. Estratégias que aliam formação docente contínua, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e aprimoramento da infraestrutura escolar contribuem significativamente para a redução da violência. Silva *et al.* (2023) salientam que o investimento na qualificação dos professores e na criação de ambientes mais acolhedores reduz os índices de violência escolar e fortalece a convivência entre alunos e educadores.

Entretanto, para que essas medidas sejam bem-sucedidas, é necessário um esforço coordenado entre diferentes atores, como governos, instituições educacionais e a sociedade civil. Somente com ações integradas será possível construir um ambiente educacional mais seguro e propício ao desenvolvimento integral de alunos e professores. Como reflexo das desigualdades sociais, a violência escolar reforça a necessidade de transformar a escola em um espaço de inclusão, respeito e convivência pacífica. Estudos indicam que, ao fomentar uma cultura de paz e inclusão, a escola pode desempenhar um papel crucial na redução das tensões sociais e na construção de ambientes mais seguros e colaborativos (SANTOS & NASCIMENTO, 2019; SILVA *et al.*, 2023).

A violência escolar, abordada por Lanuque *et al.* (2024), manifesta-se em diversas formas, como violência física, psicológica, simbólica e institucional, cada uma com impactos específicos no ambiente educacional. A violência física é observada por agressões e ameaças, enquanto a violência psicológica, frequentemente subestimada, se manifesta em bullying e agressões verbais. A violência simbólica está relacionada a práticas discriminatórias, e a violência institucional ocorre pela omissão do estado e das instituições educacionais, como a precarização da infraestrutura e a falta de capacitação docente, exacerbando desigualdades sociais e culturais, afetando principalmente os alunos de baixa renda e grupos marginalizados (ABRAMOVAY, 2002).

Políticas públicas, como a Lei nº 13.185/2015, têm sido implementadas, mas sua efetividade é limitada pela falta de recursos e monitoramento. Em

Pernambuco, o programa “Propague a Paz” (PERNAMBUCO, 2023), busca promover a cultura de paz nas escolas, mas enfrenta desafios na implementação e na formação contínua de professores. Iniciativas como o programa “Não Violência nas Escolas” (SANTOS & NASCIMENTO, 2019), se destacam ao focar na resolução pacífica de conflitos e no desenvolvimento de habilidades socioemocionais. A literatura sugere que ações integradas envolvendo toda a comunidade escolar, incluindo docentes, alunos e gestores, são essenciais para a criação de ambientes educacionais mais seguros e inclusivos, contribuindo para a redução da violência e a promoção de um espaço de convivência pacífica.

METODOLOGIA

Essa pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva e exploratória, fundamentada em análise documental e revisão sistemática analisando suas causas, manifestações, impactos e estratégias de enfrentamento, com foco no contexto das escolas públicas (MOREIRA W, 2008; CELLARD, 2008).

Essa abordagem foi escolhida devido à sua capacidade de aprofundar a compreensão sobre fenômenos sociais complexos, permitindo a interpretação detalhada de dados coletados em fontes acadêmicas e institucionais, ao mesmo tempo em que oferece uma visão crítica sobre as iniciativas existentes. Além disso, o caráter exploratório permitiu levantar hipóteses e mapear lacunas nas políticas públicas e estratégias de prevenção aplicadas no Brasil, com atenção especial ao estado de Pernambuco, território onde residem as autoras.

A natureza qualitativa foi considerada essencialmente para abordar a complexidade da violência escolar, pois permite interpretar as interações entre fatores sociais, culturais e institucionais que influenciam o ambiente educacional. Esse tipo de abordagem também possibilitou identificar padrões e tendências que vão além das estatísticas, explorando os significados atribuídos pelas pessoas envolvidas, sejam elas alunos, professores ou gestores escolares (MINAYO MC, 2008).

Além de permitir uma análise aprofundada sobre os impactos da violência escolar, a abordagem qualitativa possibilitou investigar a violência institucional como um fenômeno estrutural, que influencia diretamente a segurança e a permanência dos alunos na escola. A negligência do estado e das instituições educacionais na garantia de infraestrutura adequada, suporte psicossocial e formação docente voltada para a mediação de conflitos são aspectos essenciais que configuram essa forma de violência. Dessa forma, o estudo busca compreender como a precarização do ambiente escolar contribui para a reprodução do ciclo de exclusão educacional (ABRAMOVAY, 2002).

A combinação com uma perspectiva descritiva enriqueceu o trabalho ao fornecer detalhes que contextualizam o impacto da violência escolar em suas diversas manifestações. Essa abordagem também permitiu compreender como fatores regionais influenciam a dinâmica do problema, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade social.

Os instrumentos de coleta de dados foram planejados para capturar uma visão abrangente e detalhada do fenômeno da violência escolar. Foram utilizados materiais de bases acadêmicas reconhecidas, como SciELO, CAPES, Google Acadêmico, Redalyc e Dialnet, com prioridade para publicações recentes (2020-2024). Durante o processo de seleção, usando descritores mais específicos como: violência escolar em Pernambuco, combate ao bullying no Pernambuco, políticas de combate a violência escolar e segurança escolar em Pernambuco. Desse modo foram inicialmente encontrados 16 artigos mas, após aplicação dos critérios de inclusão, que consideraram estudos que abordassem questões como bullying, violência simbólica, políticas públicas e estratégias de intervenção, foram selecionados 10 artigos para compor o trabalho. Os critérios de exclusão incluíram artigos que não atendiam ao foco temático da pesquisa ou que estavam desatualizados em relação ao período de 2020 a 2024.

Além disso, foram analisados documentos institucionais e relatórios governamentais que fornecem uma perspectiva prática sobre a questão, como o relatório 'Ataques às Escolas no Brasil' (BRASIL, 2023), elaborado pelo Ministério da Educação e acessível no site do MEC e projetos locais, como o programa "Propague Paz" (PERNAMBUCO, 2023), conduzido pela Secretaria Estadual de

Educação e Esportes de Pernambuco, e o projeto 'Não Violência nas Escolas' (SANTOS & NASCIMENTO, 2019), implementado no Liceu Nóbrega de Artes e Ofícios de Pernambuco. A inclusão desses materiais possibilitou uma análise integrada entre teoria e prática, refletindo a complexidade do tema.

Na seleção de documentos para análise, priorizou-se materiais que abordassem tanto as formas diretas de violência escolar, como o bullying e as agressões físicas, quanto a violência institucional, expressa na precarização do ambiente escolar e na ausência de políticas públicas eficazes.

Estudos de caso e projetos regionais também foram incorporados como ferramentas analíticas. Experiências como o projeto "Não Violência nas Escolas" (SANTOS & NASCIMENTO, 2019), forneceram exemplos concretos de como estratégias educacionais podem transformar o ambiente escolar. Esses estudos permitiram compreender melhor os impactos de iniciativas específicas na mitigação da violência e na construção de uma cultura de paz. Além disso, estudos acadêmicos como os de Silva e Santos (2024), que exploram os impactos psicológicos da violência, e de Lanuque *et al.* (2024), que analisam as consequências socioemocionais, enriqueceram a base teórica do trabalho.

A análise dos dados foi conduzida utilizando uma abordagem sistemática e detalhada, que combinou técnicas qualitativas de análise de conteúdo com o método PRISMA, amplamente utilizado em revisões sistemáticas. A categorização temática e a triangulação de dados foram essenciais para estruturar as informações e interpretar os achados da pesquisa (SILVA & SANTOS, 2023; LANUQUE *et al.*, 2024).

A triangulação de dados foi um elemento central da análise. Informações provenientes de diferentes fontes – como artigos acadêmicos, relatórios institucionais e projetos locais – foram integradas para aumentar a validade e a confiabilidade dos resultados. Essa integração permitiu uma visão multifacetada da violência escolar, destacando como fatores contextuais influenciam tanto as causas quanto as consequências do problema. A análise comparativa adicionou outra camada de complexidade ao possibilitar a identificação de similaridades e diferenças entre políticas públicas e estratégias implementadas em diferentes contextos.

Uma atenção especial foi dada ao contexto regional do estado de Pernambuco, onde desafios específicos, como desigualdades socioeconômicas e acesso desigual à educação, agravam o problema da violência escolar. O estudo explorou como essas questões interagem com políticas e programas locais, dando direcionamentos sobre como as características regionais podem ser levadas em conta na formulação de intervenções mais eficazes. A análise também considerou a influência de fatores culturais e históricos que moldam as dinâmicas de violência em escolas públicas.

A sistematização dos resultados foi estruturada para destacar as principais descobertas sobre a violência escolar e suas implicações. Os resultados foram organizados em uma matriz analítica que abordou três áreas principais: os impactos psicossociais e estruturais da violência; a eficácia das políticas públicas e estratégias locais; e recomendações baseadas em evidências para a criação de um ambiente escolar mais seguro e inclusivo.

Essa abordagem metodológica garantiu uma análise rigorosa e abrangente, que não apenas descreve a violência escolar, mas também propõe estratégias eficazes para seu enfrentamento. Ao unir teoria e prática, o estudo fundamenta debates futuros e contribui para o aprimoramento das políticas educacionais voltadas à redução da violência.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados analisados revelam padrões consistentes tanto nas manifestações quanto nos impactos da violência escolar em escolas públicas de Pernambuco, evidenciando desdobramentos significativos para estudantes, professores e a comunidade escolar como um todo. A violência física, expressa em agressões corporais e ameaças, foi amplamente documentada nos materiais revisados, destacando seu impacto direto na transformação em um ambiente escolar, muitas vezes hostil e inseguro. Esse tipo de violência está diretamente associado ao aumento do sentimento de medo e à deterioração das relações interpessoais no ambiente educacional, dificultando tanto o aprendizado quanto

a convivência saudável entre os alunos. A recorrência de episódios violentos não apenas reduz a sensação de pertencimento e segurança, mas também afasta os estudantes do espaço escolar contribuindo para o aumento dos índices de evasão. Conforme SILVA et al., (2023); ALMEIDA; CHAVES, (2019) indicam que a exposição contínua à violência no ambiente escolar afeta negativamente o bem-estar psicológico dos alunos, gerando impactos na motivação acadêmica e elevando o risco de abandono escolar.

Além dos impactos emocionais e sociais da violência escolar, a violência institucional desempenha um papel fundamental na perpetuação desses problemas. A falta de investimentos em infraestrutura adequada e a precarização do ensino nas escolas públicas aumentam a vulnerabilidade dos alunos, tornando o ambiente escolar um espaço pouco acolhedor e, muitas vezes, hostil. Escolas com prédios deteriorados, falta de espaços seguros e ausência de suporte psicossocial contribuem para a evasão escolar, mas também perpetuam a desigualdade educacional (SILVA; SANTOS, 2020).

A violência psicológica, especificadamente o bullying destaca-se, emerge como uma das formas mais prevalentes e prejudiciais de agressão no ambiente escolar. Segundo apontam Abramovay (2002) e Lanuque et al. (2024), essa forma de violência afeta profundamente na autoestima dos alunos, frequentemente resultando em isolamento social, queda no desempenho acadêmico e até sintomas mais graves, como depressão e ideação suicida (LIBÂNEO, 1994; ABRAMOVAY, 2002; LANUQUE et al., 2024).

Esses efeitos são particularmente graves em contextos de vulnerabilidade social, nos quais alunos enfrentam desafios adicionais, como desigualdade, falta de apoio psicológico e estigmatização. Além disso, o bullying consolida uma dinâmica de poder que fragmenta as relações entre colegas e contribui para a normalização de comportamentos violentos dentro da escola. Estudos indicam que essa forma de violência não só compromete a segurança e bem-estar dos alunos, como também reforça estruturas de dominação e exclusão social, dificultando a construção de um ambiente escolar saudável (ZEQUIMÃO *et al.*, 2016; SILVA; SANTOS, 2023).

Embora nem sempre seja percebida de imediato, a violência simbólica no ambiente escolar reforça desigualdades sociais e influencia as relações entre alunos e professores. Segundo Bourdieu (1998), práticas discriminatórias e excludentes intensificam desigualdades sociais, afetando de forma desproporcional alunos de grupos minoritários ou marginalizados. Essa violência manifesta-se em comportamentos e discursos que desvalorizam certos grupos, o que contribui para o aumento da evasão escolar e prejudica o desenvolvimento pleno dos estudantes (BOURDIEU, 1998).

A exclusão de alunos com necessidades especiais bem como, o racismo e a discriminação de gênero ilustram de como a violência simbólica compromete a equidade no ambiente educacional. Segundo Jubé, Cavalcante e Castro (2016), ao excluir estudantes que fogem do padrão dominante, reforça desigualdades sociais e culturais, impactando negativamente a motivação e o desempenho dos alunos. Essa exclusão institucionalizada, frequentemente invisibilizada, reproduz preconceitos estruturais e perpetua disparidades educacionais (JUBÉ; CAVALCANTE; CASTRO, 2016).

Para os professores, os impactos da violência escolar são também alarmantes. Os dados revelam níveis elevados de estresse e exaustão emocional, muitas vezes associados à Síndrome de Burnout. A exposição contínua a episódios de violência, somada às condições de trabalho precárias, compromete o bem-estar físico e psicológico dos educadores. Essa realidade afeta diretamente sua capacidade de mediar conflitos, promover um ambiente de aprendizado seguro e estabelecer relações positivas com os alunos (Ribeiro et al., 2022; Silva, 2020).

Conforme estudos como os de Silva *et al.* (2024), há uma relação direta entre a precarização do trabalho docente e a perpetuação de dinâmicas violentas nas escolas. Além disso, a falta de treinamento adequado e de suporte emocional para os docentes intensifica os desafios, deixando-os vulneráveis a adoecimento físico e mental. Estudos indicam que a exposição contínua a situações de violência escolar, associada à ausência de formação e apoio psicológico, contribui para o aumento do estresse docente e da Síndrome de Burnout, afetando a

qualidade do ensino e a permanência dos professores na profissão (FERREIRA, 2011; SILVA *et al.*, 2023).

A violência institucional também afeta diretamente os docentes, já que a falta de políticas públicas para garantir melhores condições de trabalho e segurança nas escolas resulta em um cenário de precarização. A carência de formação continuada, o acúmulo de funções administrativas e a ausência de suporte emocional adequado tornam os professores ainda mais suscetíveis ao adoecimento físico e mental. Essa desvalorização da profissão docente compromete a qualidade do ensino e impacta diretamente a experiência escolar dos alunos, criando um ciclo onde a precariedade institucional afeta tanto educadores quanto estudantes (PEREIRA; COSTA, 2021).

Ao investigar as causas subjacentes da violência escolar, verifica-se que há uma interseção entre desigualdades socioeconômicas, falta de recursos e ausência de políticas públicas integradas. Em regiões vulneráveis de Pernambuco, essas questões são agravadas pela ausência de supervisão parental, pela exposição precoce a conteúdos violentos no ambiente doméstico e pelas influências negativas das mídias sociais (LOPES; GASPARIN, 2003; ALVES, 2018).

A precarização da infraestrutura escolar – incluindo a ausência de espaços seguros, equipamentos pedagógicos insuficientes e a falta de profissionais especializados – é uma barreira significativa à implementação de estratégias preventivas eficazes. Relatórios institucionais, como o documento "Ataques às Escolas no Brasil" (2023), ressaltam que a negligência histórica em relação ao sistema educacional contribui para a perpetuação dessas disparidades.

As dinâmicas de violência escolar também apresentam diferenças significativas entre áreas urbanas e rurais, como destacado nos estudos de Silva e Santos (2020). Nas áreas rurais de Pernambuco, a violência institucional se manifesta na negligência do estado em garantir infraestrutura adequada, transporte escolar seguro e acessibilidade às escolas. Esse processo de precarização e sucateamento das escolas públicas contribui para a exclusão educacional e o abandono escolar precoce, afetando, principalmente, estudantes de camadas populares (ABRAMOVAY, 2002; SANTOS; COSTA, 2022). Além

disso, essa desigualdade pode ser analisada sob a ótica do racismo ambiental, já que a falta de investimentos nas escolas do campo impacta desproporcionalmente populações negras e indígenas, historicamente marginalizadas no acesso à educação (SILVA; LIMA, 2023).

Por outro lado, nas zonas urbanas, os conflitos interpessoais e a influência de gangues locais tendem a intensificar os episódios de violência física e psicológica, criando desafios específicos para as escolas dessas regiões (LANUQUE *et al.*, 2024). A compreensão dessas particularidades é fundamental para a formulação de políticas públicas direcionadas e adaptadas às necessidades locais (SANTOS; COSTA, 2022).

Outra questão crítica é a influência das redes sociais na amplificação da violência escolar. Casos de cyberbullying têm sido crescentes, com impactos emocionais muitas vezes mais profundos do que o bullying presencial (SILVA *et al.*, 2023). A exposição constante a ameaças e mensagens agressivas em plataformas digitais intensifica o sofrimento psicológico das vítimas, dificultando ainda mais o processo de aprendizado e convivência escolar (ZEQUIMÃO *et al.*, 2016; SILVA; SANTOS, 2023). Essas novas formas de violência demandam intervenções que integrem o uso responsável das tecnologias e estratégias educativas voltadas à conscientização digital (UNESCO, 2021).

Apesar das iniciativas legislativas e institucionais existentes, como a Lei nº 13.185/2015 (BRASIL, 2015), que visa combater o bullying em todo o território nacional, e a campanha “Propague Paz”, criada em 2023, pela Secretaria Estadual de Educação e Esportes de Pernambuco, em parceria com a Secretaria de Defesa Social, os resultados indicam limitações significativas em sua implementação.

Embora a campanha “Propague Paz” represente um avanço importante ao buscar fomentar uma cultura de paz nas escolas, desafios como a falta de formação contínua para professores, o monitoramento inadequado das ações propostas e a ausência de recursos dedicados restringem seu alcance e impacto. Além disso, a baixa integração com a comunidade escolar limita a capacidade dessas iniciativas de promover mudanças sustentáveis. Relatórios da Unesco (2021) reforçam que o Brasil continua entre os países com os maiores índices de

violência escolar, indicando a necessidade de maior articulação entre políticas públicas de longo prazo e intervenções locais.

Comparando com estudos realizados em contextos semelhantes, como os de Lanuque *et al.* (2024), na América Latina, mostram que a precarização da infraestrutura escolar e a falta de suporte emocional aos docentes são problemas recorrentes na região. Esses fatores estão diretamente relacionados à violência institucional, que se manifesta na ausência de investimentos em políticas públicas estruturantes e na negligência estatal na garantia de um ambiente escolar seguro e acolhedor (SILVA; SANTOS, 2020).

No entanto, algumas iniciativas buscam reverter esse cenário, como o programa #PropaguePaz, lançado pela Secretaria Estadual de Educação e Esportes de Pernambuco, em parceria com a Secretaria de Defesa Social. O programa tem como objetivo fomentar uma cultura de paz dentro das unidades escolares, por meio da mobilização de professores, alunos, famílias e gestores escolares. As ações incluem capacitações para professores e funcionários sobre a prevenção da violência, palestras com especialistas da segurança pública e educação, além da criação de canais de comunicação para o enfrentamento de ameaças e conflitos dentro do ambiente escolar (PERNAMBUCO, 2023). Essa campanha surgiu como uma resposta ao aumento das ameaças de violência escolar, especialmente aquelas disseminadas nas redes sociais, promovendo a integração entre educação e segurança pública na tentativa de conter a escalada da violência dentro das escolas (SILVA; LIMA, 2023).

Embora seja um passo importante na construção de um ambiente escolar mais seguro, o programa não substitui a necessidade de investimentos estruturais e de longo prazo. A persistência da violência institucional, evidenciada na falta de infraestrutura adequada, carência de suporte psicológico para alunos e docentes e precarização do trabalho docente, ainda representa um desafio para a efetividade da campanha. Dessa forma, para que o #PropaguePaz tenha um impacto real e duradouro, é essencial que seja acompanhado de políticas públicas mais amplas, que combatam as raízes da violência escolar e promovam mudanças estruturais no sistema educacional (SANTOS; COSTA, 2022).

Essa especificidade regional ilustra a importância de considerar as características locais na formulação de políticas públicas e na adaptação de estratégias globais para o contexto brasileiro (ALVES, 2018; SHIMADA *et al.*, 2024). Os achados deste estudo reforçam a necessidade urgente de intervenções integradas que combinem melhorias na infraestrutura escolar, formação docente adequada e programas de mediação de conflitos. Além disso, é fundamental fortalecer a colaboração entre políticas públicas e comunidades escolares para garantir que as ações propostas sejam eficazes e sustentáveis. A criação de redes de apoio psicológico para professores e estudantes também é essencial para mitigar os impactos da violência, promovendo um ambiente escolar mais saudável e inclusivo (ANUNCIAÇÃO *et al.*, 2022; ALVES, 2018).

A implementação de programas de formação continuada, focados na gestão de conflitos, práticas pedagógicas inclusivas e desenvolvimento de competências socioemocionais, pode capacitar os professores e fortalecer sua resiliência diante dos desafios do cotidiano escolar (ROYER, 2003). Por fim, a adoção de sistemas de monitoramento e avaliação contínua das iniciativas existentes é indispensável para assegurar que as estratégias adotadas sejam ajustadas às necessidades específicas de cada comunidade escolar (ANUNCIAÇÃO *et al.*, 2022). A integração de esforços locais, regionais e nacionais é um passo fundamental para enfrentar os tipos de violência escolar de maneira abrangente e sustentável.

Diante desses elementos, percebe-se que a violência institucional não se restringe à ausência de políticas públicas eficazes, mas também se reflete na negligência das instituições de ensino e dos órgãos governamentais na implementação dessas estratégias. Seja pela omissão, ao não oferecer infraestrutura adequada e suporte emocional para os profissionais da educação, ou pela ação, quando gestores e agentes públicos impõem medidas ineficazes e superficiais, essa forma de violência afeta diretamente a qualidade da educação e o bem-estar de toda a comunidade escolar. Assim, para que políticas como o programa #PropaguePaz e a Lei nº 13.185/2015 tenham impacto real, é necessário que sejam acompanhadas de mudanças estruturais, incluindo investimentos em formação docente, suporte psicossocial e medidas que

assegurem um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo e seguro (SILVA; SANTOS, 2020; SANTOS; COSTA, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou as múltiplas dimensões da violência escolar, abordando suas causas, manifestações, impactos e estratégias de enfrentamento, com foco nas escolas públicas de Pernambuco. Os resultados confirmam que essa violência é um fenômeno complexo e multifacetado, fortemente influenciado por fatores sociais, econômicos e culturais.

Um dos principais fatores estruturais observados é a violência institucional, manifestada na ausência de investimentos adequados e na ineficácia da execução de políticas públicas voltadas à segurança e qualidade educacional. A negligência do estado na oferta de infraestrutura adequada, suporte psicossocial e formação contínua para os docentes compromete a efetividade das estratégias de combate à violência escolar, tornando a escola um espaço de vulnerabilidade ao invés de um ambiente de proteção e desenvolvimento (SILVA; SANTOS, 2020).

A violência escolar compromete tanto o ambiente de aprendizado quanto as relações interpessoais no espaço escolar. Suas diferentes formas afetam diretamente o desempenho acadêmico dos estudantes e o bem-estar dos educadores, influenciando a dinâmica escolar como um todo. Além dos desafios emocionais vivenciados pelos alunos, os professores também lidam com condições de trabalho desgastantes, muitas vezes sem o suporte necessário para lidar com os conflitos que surgem no cotidiano escolar. Esse cenário contribui para um ambiente menos propício ao aprendizado e à construção de uma cultura de paz.

Além disso, os achados revelam que a violência escolar decorre de falhas estruturais que reduzem a efetividade das estratégias de enfrentamento. A ausência de investimentos contínuos, a carência de infraestrutura adequada e a falta de suporte aos docentes ampliam as desigualdades dentro do ambiente escolar. Em regiões vulneráveis, como algumas áreas de Pernambuco, essas

deficiências estruturais são agravadas pela negligência em relação à supervisão e ao acompanhamento psicopedagógico dos estudantes. A precarização da infraestrutura escolar, a inexistência de espaços adequados para convivência e o déficit na formação docente emergem como barreiras significativas, comprometendo tanto a prevenção quanto a mitigação da violência.

Iniciativas locais, como a campanha Propague Paz e o projeto "Não Violência nas Escolas", destacaram-se por promover abordagens inovadoras centradas no diálogo, empatia e construção de uma cultura de paz. Essas estratégias demonstram que programas que integram ações educativas com medidas de suporte emocional e melhorias na infraestrutura apresentam maior probabilidade de sucesso. No entanto, a análise revelou limitações em sua implementação, incluindo monitoramento insuficiente, financiamento inadequado e baixa integração com a comunidade escolar.

Essas dificuldades evidenciam a permanência da violência institucional. Apesar dos avanços proporcionados por programas como o #PropaguePaz, sua efetividade é limitada pela ausência de suporte estrutural, essencial para garantir continuidade e impacto duradouro. Sem investimentos adequados e políticas de acompanhamento eficazes, essas iniciativas tendem a se tornar ações paliativas, incapazes de combater as causas profundas da violência nas escolas (SANTOS; COSTA, 2022).

Conforme demonstrado neste estudo, a violência escolar reflete e perpetua as desigualdades sociais. Nesse sentido, a escola assume um papel central como espaço potencial de transformação social. Por meio de práticas pedagógicas inclusivas e do fortalecimento de vínculos entre os membros da comunidade escolar, é possível criar ambientes mais seguros e acolhedores. Essas iniciativas não apenas ajudam a reduzir os índices de violência, mas também promovem a valorização da diversidade e a convivência pacífica.

Para alcançar esses objetivos, é essencial que as escolas adotem metodologias ativas que envolvam todos os atores do ambiente educacional, criando oportunidades para que alunos, professores e famílias participem de forma colaborativa no enfrentamento das questões sociais subjacentes à violência escolar.

Além disso, ficou evidente a necessidade de políticas públicas articuladas em diferentes níveis de governabilidade. Iniciativas que integrem o desenvolvimento de competências socioemocionais ao currículo escolar, como o incentivo à comunicação não violenta e à mediação de conflitos, são essenciais para a construção de uma cultura de paz. Essas políticas devem ser acompanhadas por investimentos em infraestrutura e pela formação contínua de professores, o que garante a sustentabilidade das ações ao longo prazo. É igualmente necessário que as políticas públicas priorizem a criação de indicadores de monitoramento claros e a aplicação de avaliações periódicas para assegurar que as estratégias implementadas atendam às necessidades específicas de cada região.

Outro aspecto relevante é a inclusão de tecnologia como ferramenta de apoio no enfrentamento da violência escolar. Plataformas digitais podem ser utilizadas para promover campanhas educativas e sensibilizar os estudantes sobre o impacto de práticas como o cyberbullying. Além disso, a tecnologia pode auxiliar no monitoramento de indicadores de violência, o que facilita a detecção precoce de problemas e permite uma resposta mais ágil por parte das escolas e gestores. Programas de conscientização digital, que abordam o uso ético e responsável da internet, devem ser incorporados ao currículo escolar, promovendo a cidadania digital e a construção de ambientes online mais saudáveis. Esses esforços tecnológicos, quando alinhados às estratégias pedagógicas, podem gerar resultados significativos tanto na prevenção quanto na mitigação da violência escolar.

A participação ativa da família na educação escolar é essencial. Programas que promovem a participação ativa dos pais na vida escolar demonstram ser eficazes em reduzir a violência e fortalecer a coesão social. Essa integração gera um senso de corresponsabilidade que não apenas fortalece o vínculo entre escola e comunidade, mas também amplia as possibilidades de intervenção em contextos mais vulneráveis. Famílias que compreendem e apoiam o papel da escola como espaço de transformação social têm maior capacidade de auxiliar na construção de um ambiente escolar mais acolhedor. Além disso, a colaboração entre pais e educadores pode servir de base para ações comunitárias que visam a promoção da paz, estabelecendo redes de apoio que beneficiam a todos os envolvidos no processo educacional.

Apesar da abrangência da análise sobre a violência escolar em Pernambuco, algumas limitações dificultam a generalização dos resultados para outros contextos. Diferenças socioculturais e econômicas entre regiões do Brasil podem influenciar as manifestações e dinâmicas da violência escolar, exigindo abordagens específicas para cada localidade. Além disso, a análise baseou-se predominantemente em fontes documentais e relatos secundários, o que limita a compreensão das experiências individuais de alunos, professores e gestores escolares.

Diante dessas limitações, futuras pesquisas devem expandir o escopo geográfico para incluir outras regiões do Brasil, explorando contextos urbanos e rurais e identificando diferenças nas dinâmicas da violência escolar. Estudos longitudinais que avaliem a eficácia de políticas públicas específicas, como a Lei nº 13.185/2015 e a campanha “Propague Paz”, também são recomendados para analisar o impacto de longo prazo dessas iniciativas. Além disso, investigações empíricas que combinem métodos quantitativos e qualitativos podem oferecer dados mais detalhados sobre as percepções e necessidades das comunidades escolares, enriquecendo a compreensão das dinâmicas de violência e fortalecendo as práticas pedagógicas preventivas.

Por fim, a exploração da relação entre fatores culturais, tecnológicos e políticos e a violência escolar pode fornecer diretrizes valiosas para o desenvolvimento de programas e políticas mais eficazes. Essas investigações podem contribuir para a criação de um ambiente educacional seguro, inclusivo e propício ao aprendizado e ao desenvolvimento integral de todos os envolvidos, reforçando o papel transformador da escola como espaço de convivência pacífica e construção social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Violência nas escolas**. Brasília: Unesco, 2002.

ARAÚJO, C. M. F.; COUTINHO, D. J. G. **Violência escolar – uma revisão sistemática de literatura entre 2009 e 2019**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 6, n. 1, p. 1-16, 2020.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 nov. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: [15/10/2024].

BRASIL. **Relatório sobre Políticas Públicas de Segurança Escolar**. Ministério da Educação, Brasília, 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ataques às Escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: [22/10/2024].

CELLARD, A. 2008. A análise documental. In: J. POUPART; J.P. DESLAU-RIERS; L.H. GROULX; A. LAPEMÈRE; R. MAYER; A.P. PIRES (org.), **Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, p. 139-154.

FREIRE, N. B.; SOUSA, N. L.; MONTE, F. F. C.; SANTOS, P. C. M. A. **Violência escolar e suas consequências físicas, psicológicas e profissionais sobre os professores**. Revista Caderno Pedagógico, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n7-089.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: [22/10/2024].

INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA). **Relatório sobre a violência escolar**. Brasília: INEP, 2019.

JUBÉ, L.; CAVALCANTE, A.; CASTRO, M. **A violência simbólica na escola e suas consequências para a aprendizagem**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 5, p. 997-1003, 2024.

- MOREIRA, W. **Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico: conceitos e estratégias para confecção.** Janus, Lorena, v. 1, n. 1, p. 19-31, 2004.
- LANUQUE, A.; CARUSO, J. M.; MEDRADO, S. O.; MARMO, J. **Consequências da violência entre adolescentes no âmbito educativo: uma revisão sistemática.** Calidad de Vida y Salud, v. 17, n. 1, p. 53-69, 2024.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.
- OPEE. **Programa de Combate ao Bullying e Relatório sobre Políticas Preventivas nas Escolas Públicas Brasileiras.** 2021.
- PERNAMBUCO. SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES. **Cultura de Paz e enfrentamento às violências: uma vivência na Educação do Estado de Pernambuco.** Recife, 2023.
- PORTELA, P.; SILVA, T. R.; DANTAS, I. F. **Cultura de paz e enfrentamento às violências: uma vivência na educação do Estado de Pernambuco.** Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação, v. 1, n. 5, p. 86-87, 2023.
- RIBEIRO, D. R. **Considerações sobre violência, escola e formação contra a barbárie.** Relatório do Ministério da Educação, 2024.
- SANTOS, D. C. A.; NASCIMENTO, S. Q. **Projeto Não Violência nas Escolas: Autoconhecimento para transformação pessoal.** Recife: Liceu Nóbrega de Artes e Ofícios, 2019.
- SANTOS, M. R.; SILVA, J. P. **Violência nas escolas e implementação de políticas públicas.** Revista Brasileira de Educação, v. 25, n. 1, p. 45-63, 2020.
- SHIMADA, M. F. P. H.; KOMURO, L. S. F.; MATTOS, A. R. **Violência nas escolas e implementação de políticas públicas.** Quaestio - Revista de Estudos em Educação, v. 26, e024019, 2024.
- SILVA, J.; SANTOS, M. **Violência nas escolas e implementação de políticas públicas.** Revista Brasileira de Educação, v. 25, n. 1, p. 45-63, 2021.
- SILVA, N. B. **Um estudo sobre a violência escolar e suas consequências no contexto educacional.** Revista Brasileira de Educação, v. 25, n. 85, p. 15- 22, 2020.
- SILVA, P. P.; SILVA, T. R.; DANTAS, I. F. **Cultura de Paz e enfrentamento às violências: uma vivência na Educação do Estado de Pernambuco.** Sala 8 - Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação, v. 1, n. 5, p. 86-92, 2023. DOI: 10.29327/2335630.1.5-5.
- SILVA, T. A. S.; SANTOS, L. A. S. S. **Bullying e violência nas escolas - impactos psicológicos e estratégias para intervenção: revisão crítica.** Faculdade Anhanguera de Brasília, 2024.

SOUZA, T. A. et al. **Bullying e violência nas escolas: impactos psicológicos e estratégias para intervenção**. Faculdade Anhanguera de Brasília, 2024.

UNESCO. **Relatório sobre a violência escolar no Brasil**. 2021.